

REVISÃO DE LITERATURA

PANORAMAS LINGUÍSTICOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: A “DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS” REALIZADA NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA (2000-2024)



OPEN ACCESS

Todo conteúdo de *Cadernos de Linguística* está sob Licença Creative Commons CC - BY 4.0.

EDITORES

– Olga Coelho (USP)
– Francisco Vieira (UFPB)

AVALIADORES

– Carlos Faraco (UFPR)
– Ronaldo Batista (UPM)

SOBRE OS AUTORES

– Jefferson Evaristo
Conceitualização; Curadoria de Dados;
Análise Formal; Investigação;
Metodologia; Escrita – Esboço Original;
Escrita – Revisão e Edição.

– Cynthia Vilaça
Conceitualização; Curadoria de Dados;
Análise Formal; Investigação;
Metodologia; Escrita – Esboço Original;
Escrita – Revisão e Edição.

– Claudia Moura da Rocha
Conceitualização; Curadoria de Dados;
Análise Formal; Investigação;
Metodologia; Escrita – Esboço Original;
Escrita – Revisão e Edição.

Recebido: 27/02/2026

Aceito: 05/05/2026

Publicado: 10/06/2026

COMO CITAR

EVARISTO, J.; VILAÇA, C.; ROCHA, C. M. (2026). Panoramas linguísticos do português brasileiro: a “descrição do português” realizada na pós-graduação brasileira (2000-2024). *Cadernos de Linguística*, v. 7, n. 5, e1002.



VERIFICAR
ATUALIZAÇÕES

Jefferson EVARISTO

Instituto de Letras – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Cynthia VILAÇA

Instituto de Letras – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Claudia Moura da ROCHA

Instituto de Letras – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

A “descrição do português” brasileiro é um campo profícuo de pesquisas, como nos mostra, de maneira empírica, a simples observação do tema em congressos, grupos de pesquisa e trabalho, como o da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), e outros. Observar essas pesquisas é uma forma eficaz, portanto, de tentar identificar um panorama linguístico de nossa língua que possa servir como um retrato – seja diacrônico, seja sincrônico – do que se tem sido privilegiado nesse sentido. Nossa proposta é a de investigar a produção acadêmica realizada no Brasil acerca da descrição do português brasileiro; para isso, baseados no procedimento metodológico do mapeamento linguístico e do estado da arte, analisamos o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e verificamos as pesquisas realizadas no período 2000-2024 para a

chave de pesquisa “descrição do português”. Nossas análises mostram que é possível dividir essas produções em sete macrogrupos que congregam as pesquisas realizadas. A partir disso, optamos por detalhar um desses grupos, o das pesquisas dedicadas a estudos em perspectiva historicista. Ao fim, foi possível recontar parte desse panorama da descrição do português brasileiro e perceber prioridades, lacunas, valorizações e silenciamentos nessas pesquisas.

PALAVRAS-CHAVE

Mapeamento Linguístico; Estado da Arte; Descrição do Português.

TITLE

LINGUISTIC PANORAMAS OF BRAZILIAN PORTUGUESE: THE
"DESCRIPTION OF PORTUGUESE" CARRIED OUT IN BRAZILIAN
POSTGRADUATE STUDIES (2000-2024)

ABSTRACT

The “description of Brazilian Portuguese” is a fruitful field of research, as empirically demonstrated by simply observing the topic in congresses, research and work groups, such as that of ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), and others. Observing this research is therefore an effective way to try to identify a linguistic panorama of our language that can serve as a portrait – whether diachronic or synchronic – of what has been privileged in this sense. Our proposal is to investigate the academic production carried out in Brazil regarding the description of Brazilian Portuguese; for this, based on the methodological procedure of linguistic mapping and the state of the art, we analyzed the CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) Catalog of Theses and Dissertations and verified the research carried out in the period 2000-2024 for the search term “description of Portuguese”. Our analyses show that it is possible to divide these productions into seven macro-groups that bring together the research carried out. From this, we chose to detail one of these groups, that of research dedicated to studies from a historicist perspective. In the end, it was possible to recount part of this panorama of the description of Brazilian Portuguese and to perceive priorities, gaps, valorizations, and silences in these studies.

KEYWORDS

Linguistic Mapping; State of the Art; Description of Portuguese.

INTRODUÇÃO

A discussão acerca da construção de um “panorama linguístico do português brasileiro” permite, aos pesquisadores, um variado leque de abordagens do fenômeno linguístico. No nosso caso, serviu como estímulo para a realização de um estudo sobre pesquisas de pós-graduação que se alinham à temática da descrição do português brasileiro, em especial as que tratam de “Estudos em perspectiva historicista”.

Para realizar tal estudo, adotamos um procedimento metodológico em especial, o mapeamento, para estabelecer um panorama do estado da arte desse tipo de pesquisas. Nosso estudo se justifica porque oferece a pesquisadores informações sobre as pesquisas já realizadas e as lacunas existentes, indicando possíveis caminhos e perspectivas a seguir.

Nosso texto se estrutura em seis seções. A primeira, a introdução, em que expomos a motivação de nosso estudo e seu âmbito de interesse. A segunda seção, em que caracterizamos um trabalho de descrição linguística, definindo descrição e indicando o objeto da ciência linguística. A terceira, em que tratamos de alguns aspectos metodológicos, abordando os conceitos de pesquisa de estado da arte, de mapeamento, um recurso metodológico empregado pela Historiografia da Linguística (HL), de epi-historiografia, além da noção de camadas de conhecimento, proposta por Swiggers (2020). A quarta, em que analisamos os dados sobre descrição do português brasileiro encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (doravante, “Catálogo”), organizando-os em sete grupos temáticos. A quinta seção se dedica a um dos grupos temáticos em especial, o de “Estudos em perspectiva historicista”, traçando um retrato daquilo que foi caracterizado como um trabalho de descrição do português conforme dados do Catálogo. Por fim, nas considerações finais, estabelecemos as conclusões a que chegamos.

Passemos, então, à discussão sobre a descrição linguística.

1. O QUE CARACTERIZA UM TRABALHO DE DESCRIÇÃO LINGUÍSTICA?

Consideramos que a resposta a esta questão exige uma breve explanação acerca do que entendemos sobre “descrição” e a respeito do objeto da ciência linguística. Começamos pelo primeiro ponto: a descrição.

Ao consultarmos o *Dicionário analógico da língua portuguesa* (Azevedo, 2016, p. 258-259), encontramos a palavra “descrição” associada a elementos gráficos (como painel, quadro, pintura, retrato, fotografia, traçado, mapa) e a elementos não necessariamente gráficos (por exemplo: exposição, relato, levantamento, súmula). Do ponto de vista etimológico, “descrição” deriva da

forma de supino do verbo latino *describĕre* “descrever” (Cunha, 2010, p. 209), inicialmente, mais relacionado à matéria linguística gráfica:

- “I – Sent[ido] próprio: 1) Escrever segundo um modelo, copiar, transcrever” (Faria, 2003, p. 298).

Posteriormente, incluindo matérias não linguísticas e a matéria linguística fônica:

- “II – Sent[ido] figurado: 3) Pintar, representar, descrever, narrar, expor [...] Donde: 4) Observar, censurar” (Faria, 2003, p. 298).

Por essas sumárias informações encontradas em dicionários que descrevem o léxico comum da língua portuguesa, é simples imaginar um trabalho de descrição como um relato que nos faça construir uma imagem mental (gráfica ou conceitual) acerca de uma realidade material ou imaterial.

Se buscamos o termo em dicionários especializados da área de Linguística, podemos perceber o conceito em outras chaves. Em primeiro lugar, registramos a ausência do termo “descrição” em Bagno (2017), importante dicionário recente publicado no Brasil. Do mesmo modo, no *Dicionário de Termos Linguísticos*¹, editado em Portugal pelo ILTEC, não encontramos referência à “descrição” conforme entendemos em geral nos estudos linguísticos praticados no Brasil, fato que será visto adiante: há apenas as entradas “descrição estrutural” e “descrição definida”.

O reconhecido dicionário de Dubois *et al.* (1973, p. 176) traz a seguinte definição para o verbete “descrição”: “[d]escrição é a representação estrutural das frases, dos morfemas, que constituem as frases, dos fonemas que constituem os morfemas, das regras de combinação desses morfemas, etc”. Por sua vez, o dicionário de Jota (1981, p. 101) apresenta o termo como modo de organização textual, em oposição ao narrativo. Como pode ser visto nesses exemplos, dicionários de linguística não ajudam exatamente a compreendermos o tema.

Passemos, pois, ao segundo ponto: a Linguística e seu objeto.

No primeiro capítulo do *Cours de Linguistique Générale* (1916), obra póstuma do pai da Linguística moderna, o suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913), os discípulos do mestre genebrino (Charles Bally e Albert Sechehaye) apresentam a visão de Saussure acerca da história da “ciência que se constituiu em torno dos fatos de língua” (Saussure, 1997, p. 13, tradução nossa)². Para Saussure, essa história teria tido três fases.

1 Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology>. Acesso em: 02 nov. 2025

2 Na edição crítica, em francês: “[l]a Science qui s’est constituée autour des faits de langue” (Saussure, 1997, p. 13).

A primeira fase, inaugurada pelos gregos, é identificada como *gramática* e se caracterizaria por visar apenas à formulação de regras para distinguir as formas corretas das incorretas; seria, portanto, uma disciplina normativa, desinteressada da própria língua. Nesse sentido, quem se dedicava aos fatos de língua entendia o fenômeno linguístico como uma realidade autônoma, imutável e desvinculada de suas condições de uso. Assim, descrever a língua equivaleria a descrever as regras para um uso correto desta.

A segunda fase é conhecida como *filologia*, iniciada com os primeiros diretores da Biblioteca de Alexandria (Egito, séculos III a I a.C.) e, a partir de 1777, ancorada ao movimento iniciado por Friedrich Wolf³, o qual, ao se matricular na Universidade de Götting em 1777 como *studiosus philologiae* (e não *theologiae*, como esperado na época), teria definido Filologia como o “estudo do que é necessário para conhecer a correta interpretação de um texto literário” (Herrero, 1988, p. 17). De acordo com Saussure, a Filologia se distingue da Linguística por ter por objeto os textos, não apenas a língua. Seu principal objetivo seria o de “fixar, interpretar e comentar os textos” (Saussure, 1997, p. 13)⁴. Esse entendimento do termo “Filologia” equivale ao que modernamente também se identifica como “Crítica Textual”⁵.

A terceira fase é denominada *filologia comparativa* ou *gramática comparada*, introduzida por William Jones e desenvolvida principalmente por Franz Bopp, o qual teve o mérito, na visão de Saussure, de compreender “que as relações entre línguas afins podiam tornar-se matéria duma ciência autônoma” (Saussure, 1997, p. 14)⁶. Em outras palavras, a filologia comparativa permitiu ver a língua como fenômeno desassociado das ciências que lidam com o texto. Nessa perspectiva, seria possível “[e]sclarecer uma língua por meio de outra, explicar as formas de uma pelas formas da outra, eis o que ainda não tinha sido feito” (Saussure, 1997, p. 14)⁷.

Observemos que Saussure interpreta a escola da filologia comparativa como uma espécie de germe para o nascimento da Linguística ao usar o modalizador junto a um verbo que denota mudança de estado ou condição na expressão “podiam tornar-se”. Para o linguista suíço, tal escola, embora tenha aberto a possibilidade de “um campo novo e fecundo, não chegou a constituir a

3 “The German classical scholar and philologist Friedrich August Wolf (1759-1824) laid the foundations for modern philology through his scientific treatment of the classical period”. “O estudioso clássico e filólogo alemão Friedrich August Wolf (1759-1824) lançou as bases da Filologia moderna por meio de sua abordagem científica do período clássico” [tradução nossa] – Disponível em: <https://www.encyclopedia.com/history/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/friedrich-august-wolf>. Acesso em: 31 jan. 2026.

4 Na edição crítica, em francês: “[...] fixer, interpréter, commenter les textes” (Saussure, 1997, p. 13, tradução nossa).

5 O termo “Crítica Textual” tem sido usado desde as últimas décadas do século XIX por vários estudiosos que tentam solucionar problemas advindos da polissemia do termo “Filologia”.

6 Na edição crítica, em francês: “[...] les relations entre langues parentes pouvaient devenir la matière d’une Science autonome” (tradução nossa).

7 Na edição crítica, em francês: “Eclaircir une langue par une autre, expliquer les formes de l’une par les formes de l’autre, voilà ce qui n’avait pas encore été fait” (tradução nossa).

verdadeira ciência linguística" (Saussure, 1997, p. 16)⁸, uma vez que não se preocupou em determinar o seu objeto de estudo.

Na visão de Saussure, a Linguística propriamente dita nasceu do estudo das línguas românicas e das línguas germânicas, especialmente pela escola dos neogramáticos (Scherer, Leskien, Osthoff, Brugmann, Delbrück etc.), os quais puderam contar com numerosos documentos que testemunhavam a evolução dos idiomas. A experiência dos neogramáticos teria aproximado a Linguística de seu verdadeiro objeto (Saussure, 1997, p. 18): a língua, não como "um organismo que se desenvolve por si, mas um produto do espírito coletivo dos grupos linguísticos" (Saussure, 1997, p. 19)⁹.

O terceiro capítulo do *Cours de Linguistique Générale* é dedicado à definição do objeto de estudo da Linguística: o fenômeno linguístico, que se caracteriza por dualidades – expressão e conteúdo (significante e significado), dimensão social/coletiva e dimensão individual (*langue* e *parole*), sistema feito e sua evolução (sincronia e diacronia). Nesse sentido, as pesquisas feitas no âmbito da ciência linguística, independentemente de seus objetivos, deveriam pressupor sempre a tarefa de DESCREVER o fenômeno linguístico, considerando uma ou mais de suas perspectivas.

O que envolve, então, o fundamental trabalho de descrição linguística?

Ao consultarmos o verbete "descrição" no *Dicionário de Filologia e Gramática*: referente à língua portuguesa, de autoria do eminente linguista brasileiro, Joaquim Mattoso Camara Jr. (s.d., p. 138), encontramos remissão direta ao verbete "gramática", no qual a definição registrada apresenta referência a Saussure. Vejamos: "GRAMÁTICA – Estudo de uma língua examinada como 'sistema de meios de expressão' (Saussure, 1922, 185)" (Camara Jr., s.d., p. 201). O verbete se compõe de outros três parágrafos, nos quais Camara Jr. explica que há quatro tipos de gramática:

1. a descritiva ou gramática propriamente dita, que se propõe a fazer a descrição da língua no que diz respeito a aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos;
2. a tradicional gramática normativa, definida como "[...] apresentação do que estabelece numa língua dada a sua disciplina gramatical" (Camara Jr., s.d., p. 201 – verbete "gramática"), ligada ao ensino escolar e à atividade dos gramáticos, vista como um "conjunto de prescrições que se estabelecem para impor uma norma linguística no uso falado e escrito" (Camara Jr., s.d., p. 146 – verbete "disciplina gramatical");

8 Na edição crítica, em francês: "[...] un champ nouveau et fécond, n'est pas parvenue à constituer la véritable science linguistique" (tradução nossa).

9 Na edição crítica, em francês: "[...] organisme qui se développe par lui-même, mais un produit de l'esprit collectif des groupes linguistiques" (tradução nossa).

3. a gramática histórica, de caráter diacrônico, que se ocupa de apresentar a história interna de uma língua, isto é, as “mudanças fonéticas, morfológicas, sintáticas, semânticas e léxicas” (Camara Jr., s.d., p. 218 – verbete “história”) por que passou;
4. a gramática comparativa, segundo Camara Jr., também de natureza diacrônica, que aplica o comparativismo, ou seja, a técnica de comparação de elementos lexicais e gramaticais de línguas que possuem uma origem comum (Camara Jr., s.d., p. 109 – verbete “comparativismo”) a uma família linguística restrita ou lata.

É interessante notar que o linguista brasileiro não menciona em nenhum dos tipos de gramática a possibilidade de descrição linguística em perspectivas de variação sincrônica nos eixos social (diatrático), geográfico (diatópico), sociocomunicativo (diafásico) ou no eixo relativo a meios/suportes/veículos de interação (diamésico)¹⁰. Essa aparente lacuna talvez se deva ao fato de Camara Jr. entender a *langue* (sistema feito, invariável) como único objeto de estudo do que ele chama de Gramática; a variação estaria ligada à *parole* ou discurso (termo preferido por Camara Jr., s.d., p. 383 – verbete “variação”). Para ele, os estudos descritivos (que incluem variação sincrônica em vários dos eixos mencionados) pertencem ao campo da Linguística sincrônica, a qual se opõe à Linguística diacrônica/histórica e à Linguística comparativa (cf. Camara Jr., s.d., p. 250–251 – verbete “linguística”), as quais, por sua vez, divergem da gramática histórica e da gramática comparativa por considerarem aspectos da história externa da língua, além dos internos.

Aqui, é preciso fazermos uma ressalva epistemológica da qual, ainda que prescindamos nesta discussão, não ignoramos o conhecimento: se nos perguntarmos o que seria, de fato, uma “descrição linguística”, estaríamos, em última instância, nos perguntando acerca de um conceito, campo movediço em que “cada percepção é uma experiência nova de uma coisa nova” (Hardy-Vallée, 2013, p. 15), o que faz com que, *a priori*, não exista uma descrição linguística como dado/elemento empírico e observável, mas apenas representações, leituras e releituras, compreensões e discursos materializados acerca do que, para aquela pessoa/contexto, seria essa “descrição linguística”.

Um conceito representa uma categoria de objetos, de eventos ou de situações e pode ser expresso por uma ou mais de uma palavra. Para alguns, essa representação é mental; para outros, ela é linguística e pública. O conceito é a unidade primeira do pensamento: só pensamos e conhecemos na medida em que manipulamos conceitos (Hardy-Vallée, 2013, p. 16).

¹⁰ Para leitura de algumas possibilidades de variação reconhecidas pela dialetologia e/ou sociolinguística, é possível consultar autores como Oliveira Jr. (2019), Bagno (2017), Mollica e Ferrarezi Jr. (2016), Cardoso (2010), Ferreira e Cardoso (1994) e Preti (1994).

Percebam que, já na definição do filósofo que citamos, há o caráter subjetivo do “para alguns”, o que reforça a condição não definitiva de qualquer conceito. Não ignoramos essa discussão, sem dúvidas; por outro lado, não a aprofundamos em demasia, uma vez que não é a análise que apresentamos neste trabalho. Contudo, admitimos a necessidade de elegermos um conceito sobre o qual assentar a análise do mapeamento que apresentamos neste trabalho.

Embora reconheçamos a polissemia e/ou imprecisão da expressão “descrição linguística”, adotamos o conceito que se aproxima do que propõe Swiggers (2010) ao definir “reflexão e descrição linguísticas” como nível que

inlui todos os tipos de práticas e de conceptualizações que tratam (mesmo fragmentariamente) de análise, regulação, comparação (histórica/ geográfica/ tipológica), classificação, avaliação (estética) de línguas. O rótulo “reflexão e descrição linguísticas” inclui, pois, uma ampla gama de “operações” (mais ou menos) linguisticamente relevantes sobre estruturas linguísticas; estas vão desde o nível da linguística folclórica [*folk-linguistics*] (*folk*-etimologia; trocadilhos e jogos de palavras) e o desenvolvimento, desde apontamentos técnicos até modelos sofisticados de análise linguística e metodologias de comparação linguística em escala mundial. O curso histórico da “reflexão e descrição linguísticas” constitui a *história da linguística* (a ser interpretada no seu sentido “ontológico”) (Swiggers, 2010, p. 4-5, grifos do autor).

Tendo em vista esse quadro teórico básico que considera definições propostas pelo pai da Linguística moderna, Ferdinand de Saussure, pelo grande propagador da Linguística no Brasil, Joaquim Mattoso Camara Jr., e por Swiggers, um dos principais nomes da Historiografia da Linguística em todo o mundo, o que se espera encontrar em um artigo que se propõe apresentar um “panorama linguístico do português brasileiro”? As respostas a essa pergunta podem ser bem diversas, variando na mesma proporção que varia a interpretação individual de qualquer texto. Neste artigo, procuramos mostrar os desdobramentos da nossa interpretação para a questão.

A partir disso, esperamos encontrar resposta para outras perguntas: o que distingue o português brasileiro de outras variedades dialetais da língua portuguesa (como a europeia, a angolana, a moçambicana, por exemplo)? Em que nível de análise linguística a variedade brasileira mais se diferencia de outras variedades da língua portuguesa (sintático, morfológico, semântico, fonológico, lexical ou fonético)? Como o português brasileiro funciona? Qual a distância entre o português comum falado no Brasil e a norma-padrão? Como o português brasileiro se relaciona com outras línguas na sincronia presente? É mais ou menos aberto a influências por intercâmbio linguístico-cultural? Com base em que teorias linguísticas o português brasileiro tem sido descrito no século XXI? Enfim, qual o retrato do português brasileiro hoje? Generalidades, diversidades, historicidade... Que tipo de temas e abordagens predominam?

Buscando respostas para algumas dessas perguntas, decidimos fazer um mapeamento de todos os trabalhos catalogados com a chave de pesquisa “descrição do português”, produzidos entre os anos 2000 e 2024 no Brasil. Naturalmente, o registro dessa etiqueta em dissertações de mestrado e em teses de doutorado nos revelou entendimentos por vezes equivocados acerca do que é uma pesquisa de “descrição linguística”.

Antes de passarmos à análise dos dados obtidos a partir do *corpus* selecionado, serão feitos alguns esclarecimentos sobre o tipo de pesquisa que realizamos e sobre o procedimento metodológico adotado.

2. ESTADO DA ARTE, MAPEAMENTO E O MODELO DE “CAMADAS”

Em virtude de realizarmos um mapeamento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, procurando estabelecer um panorama das pesquisas cuja temática é a descrição do português brasileiro no século XXI, é preciso, antes de passarmos à análise dos dados, retomar e explicar conceitos afins ao tipo de estudo que ora apresentamos: “estado da arte” e “mapeamento”.

2.1. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: O ESTADO DA ARTE

De acordo com Paiva (2019, p. 11), “fazer pesquisa é uma tarefa de investigação sistemática com a finalidade de resolver um problema ou construir conhecimento sobre determinado fenômeno”. Assim sendo, uma pesquisa pode ser caracterizada quanto aos métodos de procedimentos empregados, seus fins, seus meios e sua abordagem (Brasileiro, 2013, p. 43).

Quanto aos meios de investigação, uma pesquisa pode ser bibliográfica, de campo, de laboratório, documental, experimental, levantamento (*surveys*), estudo de caso, *ex-post facto*, pesquisa-ação, participante e etnográfica, como esclarece Brasileiro (2013, p. 45).

Interessa-nos, em especial, a pesquisa bibliográfica, que pode ser definida como o estudo que se fundamenta no levantamento de material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, dentre outros recursos à disposição do pesquisador (Marconi; Lakatos, 2001 *apud* Brasileiro, 2013, p. 45). Paiva (2019, p. 59–60) explica que “a pesquisa bibliográfica tem por objetivo contextualizar uma pesquisa e mostrar o que já existe sobre o objeto investigado”. Esse tipo de investigação costuma ser a primeira etapa da maioria das pesquisas, podendo ser, inclusive, o único meio pelo qual uma pesquisa é desenvolvida, em alguns casos. O pesquisador, ao adotar a pesquisa de natureza bibliográfica, tem acesso, por intermédio de fontes primárias e secundárias, às principais concepções e descobertas a respeito de um tema (Brasileiro, 2013, p. 45).

Brasileiro (2013) ainda ressalta que

as pesquisas de revisão bibliográfica (ou revisão de literatura) são aquelas que se valem de publicações científicas em periódicos, livros, anais de congresso etc., não se dedicando à coleta de dados *in natura*, porém não configurando em uma simples transcrição de ideias. Para realizá-la, o pesquisador pode optar pelas revisões de narrativas convencionais ou pelas revisões mais rigorosas (Brasileiro, 2013, p. 47–48).

Dentre as primeiras (as revisões de narrativas convencionais), consideradas de menor rigor metodológico, incluem-se as pesquisas que visam a determinar o “estado da arte” (Luna, 2000 *apud* Brasileiro, 2013, p. 48).

Segundo Brasileiro (2013, p. 48), esse tipo de pesquisa “procura mostrar através da literatura já publicada o que já se sabe sobre o tema, quais as lacunas e os principais entraves teóricos ou metodológicos e estabelecer o estado atual de desenvolvimento da área em estudo”.

É passível de questionamento a relevância de um pesquisador realizar a revisão de literatura sobre determinado tema. No entanto, Motta-Roth e Hendges (2010, p. 90) lembram que “revisar a literatura significa fazer referência à literatura prévia e tem sido um ‘traço definidor’ (Feak, Swales, 2009, p. 2) da pesquisa e da redação acadêmica desde os primórdios da ciência”. As autoras salientam que uma das várias funções da revisão de literatura é “*utilizar, reconhecer e dar crédito à criação intelectual de outra(os) autoras(es)*; uma questão básica de ética acadêmica e de consciência sobre o grau de ineditismo da nossa pesquisa, pois demonstramos saber que não estamos ‘reinventando a roda’” (Motta-Roth; Hendges, 2010, p. 90 – grifos das autoras).

Além da dimensão ética envolvida, tal tipo de pesquisa permite identificar lacunas nos estudos e pesquisas, ensejando que os pesquisadores deem continuidade a estudos já realizados ou se engajem em pesquisas inéditas, o que permite “evidenciar que nosso campo de conhecimento já está estabelecido, mas pode e deve receber novas pesquisas” (Motta-Roth; Hendges, 2010, p. 90).

As autoras propõem que realizar uma pesquisa de revisão da literatura permite ao pesquisador delimitar “qual parcela da nossa grande área é mais diretamente relevante para nossa pesquisa” (Motta-Roth; Hendges, 2010, p. 91). E concluem:

Assim, a revisão da literatura pode ser vista como o momento em que situamos nosso trabalho, pois ao citar uma série de estudos prévios que servirão como ponto de partida para nossa pesquisa, estaremos “afunilando” a discussão, até chegar ao tópico específico que vamos investigar. Por meio da revisão da literatura, reportamos e avaliamos o conhecimento produzido em pesquisas prévias, destacando conceitos, procedimentos, resultados, discussões e conclusões relevantes para o trabalho. Discutimos, portanto, as questões relacionadas ao estado da arte da área em que nossa pesquisa se insere (Motta-Roth; Hendges, 2010, p. 91).

Passemos ao conceito de mapeamento, procedimento teórico-metodológico adotado em nosso estudo.

2.2. MAPEAMENTO

O mapeamento (Coelho, 2020; Coelho; Nóbrega; Alves, 2021) é um procedimento ou recurso metodológico que consiste em um levantamento de dados cujo objetivo é a descrição da documentação de pesquisa. Ele tem sido empregado, por exemplo, por estudiosos que se dedicam a pesquisas de natureza historiográfica, como as relacionadas à gramaticografia, por exemplo, dentre outras áreas de interesse.

O mapeamento foi definido por Coelho, Nóbrega e Alves (2021, p. 15) como a composição de mapas que é iniciada por um “*levantamento de pretensão exaustiva* de fontes potenciais” (grifos dos autores). Segundo os estudiosos, a busca pela exaustividade corresponde não só a uma necessidade de ampla familiarização com temas, fontes e contextos, mas também de prestação de um serviço de ordem social: “o de prover futuros interessados de uma ampla variedade de documentos possivelmente importantes para a história da Linguística no Brasil” (Coelho; Nóbrega; Alves, 2021, p. 15).

Oliveira e Anjos (2021) esclarecem um pouco mais esse recurso:

Em evento virtual I Workshop de Filosofia e História da Linguística, transmitido no dia 13/11/2020 pela plataforma Youtube, a pesquisadora do CEDOCH-USP, Olga Coelho, apresenta uma definição para o que ela entende ser uma “estratégia de mapeamento historiográfico”. No slide espelhado pela apresentadora, tem-se a seguinte conceituação: “Exame de documentos que procura trazer à tona suas características mais básicas quando os pensamos como ‘repositórios materiais’ do conhecimento linguístico produzido/posto em circulação em determinados contextos” [...]. A informação aparece aos 22:27 (vinte e dois minutos e vinte e sete segundos), contados a partir do início do vídeo. (...). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5muPj0Huxtc> (Oliveira; Anjos, 2021, p. 531).

Esse procedimento pode ser considerado fundamental para o levantamento de dados, sua organização e preservação, como esclarecem Coelho, Nóbrega e Alves (2021), mencionando na passagem a seguir sua relevância para a Historiografia da Linguística:

Ademais, o trabalho de documentação e, em especial, a técnica de *mapeamento* são atividades que tomamos como formativas para pesquisadores da área de Historiografia Linguística e necessárias no contexto dos estudos da linguagem no Brasil, onde ainda há muita dispersão, lacunas e desorganização de fontes. Localizar, reunir, tratar documentos estratégicos para a pesquisa sobre a história da Linguística é, assim, uma das prioridades do CEDOCH, como centro de documentação, de pesquisa e de formação de historiógrafos e linguistas (Coelho; Nóbrega; Alves, 2021, p. 15).

Ainda de acordo com Coelho, Nóbrega e Alves (2021), o mapeamento é uma ferramenta utilizada na constituição de bancos de dados, em que são registradas informações externas e internas das fontes pesquisadas, dados obtidos por meio da análise documental a partir de categorias estabelecidas pelo pesquisador.

Em se tratando da Historiografia da Linguística, os autores ressaltam que o mapeamento pode indicar áreas e temas de interesse, abordagens teóricas e metodológicas em disputa, tipos de objetos privilegiados, orientações gerais impressas nas fontes, além de grupos de especialidade em competição, perfis institucionais, redes (mais ou menos formalizadas), dentre outros aspectos da produção e circulação do conhecimento linguístico (Coelho; Nóbrega; Alves, 2021). Em suma:

A ideia é que o historiógrafo possa voltar, sempre que for o caso, ao mapeamento, com problemas de pesquisa definidos, hipóteses interpretativas, atenção aos possíveis “usos” da história. Com o *mapeamento* se criam registros historiográficos passíveis de várias reanálises, quantitativas e qualitativas. Os bancos de dados em que resultam são descrições preliminares, que pavimentam um caminho mais seguro para a interpretação da história (Coelho; Nóbrega; Alves, 2021, p. 24).

Oliveira e Anjos (2021) também destacam a relevância desse procedimento na identificação de tendências em relação aos estudos desenvolvidos em uma área de interesse:

Mapear e discutir a produção acadêmica de determinado campo do conhecimento pode ajudar a reconhecer certos aspectos e dimensões que ganharam/vêm ganhando espaço ou que foram/vêm sendo privilegiados em diferentes épocas e lugares. Esse tipo de pesquisa pode proporcionar a visualização da forma e das condições em que materiais foram/estão sendo produzidos e divulgados, bem como proporcionar leituras de como a produção de materiais pode ajudar na definição de um campo do saber de uma comunidade científica (Oliveira; Anjos, 2021, p. 532).

Como se pode perceber, ao permitir que se identifiquem as lacunas existentes, o mapeamento, aliado à pesquisa de estado da arte, torna-se uma ferramenta imprescindível para apontar novas áreas de interesse, caminhos e perspectivas para o pesquisador.

Como já mencionamos, nossa pesquisa bibliográfica e mapeamento foram feitos a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes¹¹, importante repositório da pós-graduação brasileira, que congrega informações – e, a depender da data, *links* de acesso – das pesquisas realizadas neste nível de ensino em nosso país. Funcionando como um banco de metadados, o Catálogo, criado em 2002, registra informações desde o ano de 1987; com isso, tem um claro potencial de registro e identificação de panorama das pesquisas que foram realizadas.

A partir dessas pesquisas, é possível identificar, por exemplo, quais são as tendências de uma determinada área, teoria ou pesquisas relacionadas a alguma chave de pesquisa. É possível distinguir autores, programas de pós-graduação, ano de defesa, orientadores, participantes de bancas, áreas de concentração e outras funcionalidades diversas que permitem ao pesquisador cruzar informações e analisar dados de forma longitudinal, identificando nuances, apagamentos e outros pontos mais.

2.3. ESTADO DA ARTE, MAPEAMENTO E CAMADAS DO CONHECIMENTO

No contexto da discussão acerca dos princípios epistemológicos, dos pressupostos e dos procedimentos metodológicos da Historiografia da Linguística, Swiggers trata, em diferentes contribuições (Swiggers, 2020; 2019; 2015; 2013), de questões como a meta-historiografia, a construção do conhecimento epi-historiográfico e a noção de camadas na pesquisa historiográfica, como explicaremos a seguir.

Quando aborda os princípios do campo da HL, Swiggers (2019) mostra que é preciso observarmos como foram escritos esses conhecimentos históricos sobre a língua, como foram enquadrados e como foram “etiquetados”. Assim, é possível dizer que “a Historiografia

¹¹ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>. Acesso em: 28 out. 2025.

Linguística é uma prática, fundamentada teoricamente, que toma como objeto o curso histórico de ‘pacotes de conteúdo’ linguístico” (Swiggers, 2019, p. 51); “pacotes” que, no nosso caso, coincidem com o conceito de “descrição linguística”. Desse modo, o autor defende que é preciso considerar esse conhecimento dentro de uma dimensão epi-históricográfica, que ele define como “um ramo ‘lateral’, [que] lida com informações específicas sobre os agentes e os produtos materiais que moldaram a história da linguística” (Swiggers, 2019, p. 53), e ressalta que, ainda, “como a epi-históricografia integra constantemente informações produzidas por historiadores, ela também tem um efeito ‘reativo’ na qualidade e profundidade da pesquisa historiográfica” (Swiggers, 2019, p. 53). Ao comentar as fases de uma pesquisa em HL, Swiggers (2015, p. 12) mostra que, uma delas, na qual se constrói o conhecimento epi-históricográfico, tem um componente heurístico, que implica: “a busca e a identificação de materiais de origem (que, se necessário, devem ser editados criticamente ou traduzidos); a coleta de informações sobre seu ‘contexto’ (contexto de produção; textos relacionados; influências, etc.); informações sobre sua relevância histórica [...]”.¹²

Complementando, é possível dizer que, “resumidamente, a fase heurística envolve a construção de uma ‘epi-históricografia’, uma atividade que integra o material documental selecionado, organizado e descrito pelo historiador para apoiar sua prática interpretativa” (Mesquita; Vieira, 2025, p. 3). Em outro momento, Swiggers traz a ideia de que a epi-históricografia atuaria como um “apoio documental” (Swiggers, 2013, p. 43) e de que, no contexto da fase heurística, ela serviria para “‘catalogar’ ideias, os pontos de vista e a terminologia” de determinada investigação. Um exemplo de pesquisa investigativa a partir do conceito de epi-históricografia pode ser tomado pela contribuição de Mesquita e Vieira (2025).

Aqui, podemos perceber um entrecruzamento entre o estado da arte enquanto método de pesquisa bibliográfica, o mapeamento enquanto técnica de levantamento de dados e criação de recorte de *corpora* e a fase heurística conforme descrita por Swiggers, integrando uma construção de conhecimento epi-históricográfica; no centro desse entrecruzamento, situamos, no nosso caso específico, o Catálogo da Capes como repositório desses dados linguísticos.

Outra contribuição de Swiggers que gostaríamos de destacar é a da sua “teoria das camadas”, um metamodelo de construção meta-históricográfica que estabelece princípios de análise e observação para a investigação acerca da produção do conhecimento linguístico. Segundo o autor, há quatro camadas interativas:

12 “a heuristic component: this involves the search for, and identification of source materials (which, if necessary, have to be critically edited or translated); the gathering of information on their ‘context’ (context of production; related texts; influences, etc.); information on their historical relevance [...]” (tradução nossa).

- uma camada TEÓRICA, isto é, a de ideias, *insights*, declarações teóricas e suposições;
- uma camada TÉCNICA, no sentido de trabalho técnico-linguístico, do qual o grau de tecnicidade está, até certo ponto, ligado à teoria;
- uma camada DOCUMENTAL, constituída pela documentação linguística disponível num determinado momento; por exemplo, que línguas (indo-europeias/semíticas/tupi-guarani/sino-tibetanas etc.) eram conhecidas pelos estudiosos de línguas num tempo t_0 ?; o que se sabia sobre a diversificação histórica e sociolinguística de uma língua L1 em um tempo t_0 ?; que tipos de material (sob que forma?) estavam disponíveis para o estudo (da gramática/do vocabulário...) de L1 num tempo t_0 ? etc.;
- uma camada CONTEXTUAL-INSTITUCIONAL, constituída pelas configurações (mais ou menos definidas) – contextos socioculturais e estabelecimentos institucionais específicos – em que o trabalho linguístico foi e está inserido (Swiggers, 2020, p. 4).

Na proposta de Swiggers (2019), o trabalho a partir das camadas traria uma série de vantagens, das quais ele cita, por exemplo, a capacidade de o pesquisador poder olhar em perspectiva mudanças teóricas e documentais, além de perceber como essas mudanças seriam autônomas em relação a outros fatores. Além disso, é possível ter um padrão de referências a partir desse modelo, a partir do qual seria possível observar como essas camadas se constituem em um autor em especial, como determinado recorte cronológico desenvolveu uma camada específica ou como diferentes camadas interagem entre si. Um exemplo de pesquisa investigativa a partir da teoria das camadas de Swiggers pode ser visto em Marinho e Evaristo (2026).

Quando aborda o contexto da organização de uma pesquisa historiográfica, Swiggers (2013; 2020) defende ainda, retomando e ampliando suas próprias palavras, que a HL “se apoia, ademais, em uma documentação biobibliográfica e contextual – é o que se elabora como epi-historiografia – e se erige, em perspectiva metodológica e epistemológica, sobre uma meta-historiografia” (Swiggers, 2013, p. 44).

Crendo já termos conseguido articular estado da arte, mapeamento e camadas do conhecimento, passaremos à (re)construção do nosso modelo epi-historiográfico acerca da “Descrição do português”.

3. DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO CONFORME O CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES

Considerando a proposta de Swiggers (2013; 2015; 2019; 2020) e buscando especificamente construir um modelo epi-historiográfico de análise (Swiggers, 2019), a partir da observação da camada documental (Swiggers, 2020), empreendemos a pesquisa conforme descrita a seguir.

No dia 10 de outubro de 2025, às 15h43, procedemos à pesquisa no Catálogo a partir da entrada “Descrição do português”¹³. Como nosso objetivo era o de verificar um panorama descritivo, um retrato de estado da arte justamente desse campo de pesquisas, pareceu-nos o mais óbvio indicar exatamente essa chave de pesquisa como entrada.

A pesquisa inicial retorna um total de 233 trabalhos realizados na pós-graduação brasileira, dos quais 175 são dissertações de mestrado e 48 são teses de doutorado. Essas pesquisas começam no ano de 1989 e se espalham conforme tabela a seguir:

Ano	Quantidade de pesquisas	Ano	Quantidade de pesquisas
1989	1	2009	8
1992	1	2010	10
1994	1	2011	8
1995	6	2012	7
1996	9	2013	10
1997	15	2014	9
1998	11	2015	5
1999	12	2016	13
2000	7	2017	4
2001	4	2018	3
2002	7	2019	13
2003	2	2020	6
2004	2	2021	11
2005	5	2022	14
2006	6	2023	9
2007	8	2024	2
2008	3	2025	1

Tabela 1. Cronologia das pesquisas realizadas sobre “Descrição do português”. Fonte: Evaristo, Vilaça e Rocha (2026). ALT: A tabela de apresentação da produção de pesquisas sobre “Descrição do português”, realizada na pós-graduação brasileira em todo o seu arco temporal (1989-2025), é composta de quatro colunas: a primeira e a terceira indicam o ano em que as pesquisas foram realizadas; a segunda e a quarta indicam a quantidade de pesquisas. A partir da 1ª coluna, observamos um crescimento gradual a partir da década de 1990, com maiores números no final dos anos 1990 e na década de 2010, havendo certo destaque para os anos de 1997, 2010, 2013, 2016, 2019 e 2022. Após 2016, podemos perceber oscilações no quantitativo de pesquisas, mantendo certo equilíbrio.

A cronologia de realização dessas pesquisas permite perceber, por exemplo, que a primeira dessas pesquisas, a dissertação de mestrado de Maria Isaura de Andrade Baleeiro (1989), foi realizada na Unicamp, cujo Programa de Pós-graduação (daqui em diante, PPG) em Linguística havia sido criado em 1975, segundo informações em seu site¹⁴. Num primeiro momento, poderia chamar a atenção o fato de a primeira dissertação nomeadamente dedicada à descrição do português ter sido realizada apenas mais de uma década depois, ainda que o referido PPG da

13 Nossa pesquisa não especificou, por exemplo, “português brasileiro” ou “português do Brasil”, o que poderia nos levar a pesquisas que demonstrassem outras variedades da língua portuguesa; no entanto, na leitura das pesquisas, ficou evidente que todas elas abordavam apenas a variedade brasileira.

14 Disponível em: <https://www.iel.unicamp.br/pos-graduacao/posgrad-linguistica/>. Acesso em: 16 out. 2025.

Unicamp tenha tido outras pesquisas em sua trajetória, como mostram as quatro pesquisas (não registradas no Catálogo) realizadas ainda em 1974¹⁵, dentre as quais se destaca a de Luiz Carlos Cagliari: "A palatalização em português: uma investigação palatográfica". O caso, aqui, é explicado de outra forma: o Catálogo tem em seus bancos de dados pesquisas apenas a partir de 1987, motivo pelo qual é possível que outras estejam nesse mesmo limbo, não sendo registradas pelo Catálogo.

O que poderia ser discutido, por outro lado, é o fato de em 1987 e 1988 nenhuma pesquisa ter se dedicado à descrição do português, o que indicaria certo desinteresse pelo tema no período, ainda que estivéssemos em pleno desenvolvimento, por exemplo, da Sociolinguística, e que o Projeto NURC já estivesse em atividades desde 1969:

O NURC surgiu num momento histórico decisivo para os estudos linguísticos. Depois de décadas de predomínio do paradigma estruturalista, predomínio que se intensificou depois da publicação, em 1957, das *Syntactic Structures* de Chomsky, uma nova corrente de investigação começou a se delinear no final da década de 1960, a sociolinguística variacionista, que tentava romper com a obsessão pela sincronia (própria dos estruturalismos) ao demonstrar a coexistência, num mesmo recorte temporal, de formas conservadoras e formas inovadoras em concorrência e ao teorizar, a partir de investigações empíricas, a ação fundamental de fatores sociais nos processos de mudança [...] (Bagno, 2019, p. 10, grifos do autor).

Desse modo, ainda que, conforme o mesmo Bagno (2019, p. 10), o NURC tivesse recebido pouca influência da sociolinguística que ganhava força, estando ainda mais próximo da dialetologia clássica, é de se esperar que quase vinte anos depois iniciativas como as do NURC já estivessem motivando pesquisas de pós-graduação que se dedicassem à descrição de nossa língua. O fato é que, a bem da verdade, se quisermos retroagir no tempo, poderíamos citar mesmo as gramáticas dos séculos XVI em diante que, a seu modo e de maneira diversa da percepção de hoje, já descreviam o "português brasileiro".

Por isso também que, nesta pesquisa, optamos por observar os dados do Catálogo apenas a partir do século XXI, uma vez que, a partir dali, com maior precisão e certeza, a plataforma registraria os dados das pesquisas realizadas, ainda que, em alguns casos, sem trazer todas as informações necessárias (orientador, banca, biblioteca de depósito do texto, entre outros dados). Além disso, o recorte temporal reafirma a nossa escolha por mostrar um retrato dessas pesquisas no século XXI, o que ficaria comprometido numa análise que levasse em conta todos os 233 resultados. Em outro momento, nós ou outros pesquisadores, poderemos/poderão nos/se dedicar a tal tarefa ou, quem sabe, expandi-la em outras frentes de trabalho: mapear as pesquisas anteriores sobre o tema, perceber linhas de mudança e evolução dos temas através dos anos, comparar o século XX com o XXI e outras hipóteses tantas que, de fato, não podemos nem

15 O leitor atento perceberá que, aqui, há uma imprecisão entre a data expressa no histórico do Programa e a data das primeiras dissertações defendidas, que começa em 1973. Os dados, porém, são retirados todos do mesmo lugar: o site do Programa de Pós-graduação em Linguística da Unicamp; se há alguma imprecisão, precisamos dizer que é da fonte original.

mentonar. Deixamos, portanto, o convite, lembrando que, de acordo com Coelho, Nóbrega e Alves (2021, p. 24), é sempre possível retomar o mapeamento e repensar/redefinir os problemas e rumos da investigação.

Seguindo com nossa discussão, observaremos a partir de agora as pesquisas realizadas no recorte temporal de 2000 a 2024. Optamos, também, por não incluir o ano corrente de 2025 por uma questão bastante simples: o ano ainda não acabou e, a todo momento, novas pesquisas podem ser adicionadas no Catálogo, o que tornaria nossa coleta de dados frágil e potencialmente desatualizada.

Nesse novo cenário, chegamos a 176 pesquisas, que estão listadas em documento anexo na plataforma Zenodo, via DOI¹⁶ (Evaristo; Vilaça; Rocha, 2026); dessas, 123 são pesquisas de mestrado e 44 de doutorado, totalizando 167 pesquisas, número inferior ao total listado, o que indica que há erro de catalogação de nove dessas pesquisas, em que não houve indicação a respeito do nível a que pertenciam. Na listagem de todos os trabalhos, porém, aparecem nomeadas e numeradas as 176 pesquisas.

Num primeiro momento, alguns dados chamam nossa atenção:

- a) A pesquisadora que mais orientou trabalhos sobre descrição do português foi Rosa Marina de Brito Meyer¹⁷, da PUC-Rio, hoje já aposentada, tendo orientado 32 das 176 pesquisas listadas (18,2%) – um número, de fato, impressionante. Rosa Meyer, entretanto, não trabalha diretamente com o que tradicionalmente poderia ser compreendido como elementos do português a serem descritos, como sua sintaxe, fonética/fonologia, morfologia e semântica, além de elementos relativos a variação e mudança dessa língua: atuava com cultura, interculturalidade e ensino de Português como Segunda Língua Para estrangeiros (PL2E¹⁸, na sigla cunhada pela pesquisadora); quando orientou trabalhos de temas estritos da descrição (como escolhas morfossintáticas ou padrões de fala, por exemplo), isso foi feito com aplicação ao contexto de PL2E¹⁹.
- b) A pesquisadora que mais participou de bancas sobre nosso tema foi Adriana Ferreira de Souza Albuquerque, também professora da PUC-Rio, que esteve em 24 bancas no período pesquisado (13,6%), mas a que menos atuou/atuava na pós-graduação, sendo colaboradora. Adriana Albuquerque, como Rosa Meyer, trabalha com questões culturais e interculturais, ensino e outras questões relacionadas ao PL2E. Quando tratam da descrição do português, portanto, as duas pesquisadoras o fazem na perspectiva da língua vista como diferente de sua análise como

16 Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.19358524>. Acesso em: 31 mar. 2026.

17 Todas as referências a informações sobre pesquisadores estão baseadas nos currículos Lattes de cada um dos citados.

18 Comumente, a área é definida como PLE, Português para Estrangeiros; entretanto, há diversas discussões teóricas que questionam a sigla e propõem outras. Em Evaristo (2025), há um apontamento sobre a trajetória desses diferentes conceitos.

19 Esse fator será descrito mais adiante.

língua materna. Fato curioso aqui é o de que Adriana Albuquerque foi orientanda de mestrado e de doutorado da própria Rosa Meyer²⁰, o que nos indica que, de fato, a atuação dessa pesquisadora tanto impactou sua posição como a que mais orientou quanto impactou a de Adriana Albuquerque como a que mais participou de bancas.

- c) O resultado dessa atuação dupla de Rosa Meyer e Adriana Albuquerque – mas não apenas, naturalmente – é o de que a PUC-Rio teve, sozinha, 82 dos 176 (46,6%) trabalhos listados aqui, deixando-a em posição inalcançável por outras instituições: a segunda universidade com o maior número de pesquisas no tema é a UFMT, com 24 trabalhos, número que representa quase 25% do total da PUC-Rio sozinha.

Assim, após análise dos títulos, resumos e palavras-chave de cada um dos 176 trabalhos, foi possível identificar sete grupos temáticos, organizados a partir dos seguintes critérios:

Grupo I – Sintaxe e estudos funcionalistas: aqui, agrupamos trabalhos sincrônicos que se dedicaram aos estudos sintáticos, de forma mais ampla, e aos estudos funcionalistas, de forma geral, reunindo trabalhos como “Uma descrição sistêmico-funcional da estrutura do grupo nominal em português orientada para os estudos lingüísticos da tradução” (3²¹) ou “Construções gramaticais com ir no português brasileiro contemporâneo” (5). Além disso, em casos possíveis de outra interpretação, consideramos como critério a primeira palavra expressa, o que nos indica prioridade na organização da exposição. Desse modo, uma pesquisa como “Um estudo sintático-semântico da classe dos adjetivos em português” (1) foi classificada como sintática, não como semântica.

Grupo II – Fonética, Fonologia, Prosódia e Ortografia: aqui, inserimos pesquisas que se dedicaram ao estudo fonético/fonológico da língua portuguesa ou de nossa língua em contato com outras línguas; além disso, reunimos estudos relativos à prosódia e à ortografia. Com isso, chegamos a pesquisas como “A Prosódia no Comando Militar” (4), “Aspectos fonético-fonológicos conservadores no falar de Mata-cavalo” (7) ou “A monotongação na norma culta de Fortaleza” (12).

Grupo III – Morfologia e estudos do léxico: como pertencentes a este grupo, reunimos trabalhos de abordagem morfológica, lexical ou morfossintática (mantendo o mesmo critério que utilizamos para classificar como grupo I pesquisas de interface “sintático-semântica”). Foi assim que

20 Depois de Adriana Albuquerque, o segundo pesquisador com mais participações em bancas é Wellington Vieira Mendes, hoje professor na UERN, que se dedica à Linguística Sistêmico-Funcional. Ele tem 11 participações em bancas, menos da metade daquelas de Adriana Albuquerque.

21 Este número corresponde exatamente à numeração que resultou quando da pesquisa no Catálogo. A partir daqui, faremos a indicação apenas do número do trabalho conforme descrito em nosso anexo com as pesquisas analisadas aqui.

indicamos, por exemplo, as pesquisas “Criações lexicais prefixais em Manuelzão e Miguilim, noites do sertão e primeiras estórias de Guimarães Rosa” (14) e “Da passagem do nome próprio para comum em Língua Portuguesa” (15).

Com esses três primeiros grupos, reunimos o “núcleo duro da gramática²²”, conforme sua compreensão desde a Antiguidade até, pelo menos, o século XIX, quando a semântica passa a fazer parte da compreensão daquilo que seria uma gramática. O grupo IV, portanto, será dedicado a esse tipo de pesquisas.

Grupo IV – Semântica: grupo dedicado a pesquisas que abordam fenômenos do sentido, associando semântica e pragmática, a partir de pesquisas como (30) “Variação semântica nas construções adverbiais temporais introduzidas por quando na língua portuguesa” ou “Estudo semântico-enunciativo da modalidade em artigos de opinião”.

Grupo V – Estudos em perspectiva historicista: este grupo será descrito adiante.

Grupo VI – Estudos sobre PLE/PL2E/PL2S: em nossa observação, percebemos uma quantidade significativa de trabalhos que se dedicavam especificamente ao contexto de português como língua estrangeira e segunda²³.

Grupo VII – Estudos diversos: nesta categoria, incluímos aquelas múltiplas pesquisas que, dada a sua significativa diferenciação, não permitiam o agrupamento em alguma das categorias anteriores, assim como impossibilitavam a criação de novas categorias que não fosse esta de “Estudos diversos”²⁴; alguns trabalhos, inclusive, nem deveriam receber a etiqueta de “descrição do português, a exemplo do 97: “Discursos sobre Literaturas de Língua Inglesa: Percepções e práticas pedagógicas de professores universitários”.

Assim, chegamos à seguinte divisão das pesquisas:

22 De maneira ainda mais restrita, alguns autores afirmam que apenas sintaxe e morfologia compõem esse núcleo (Vilela; Koch, 2001, p. 56).

23 Adiante, comentaremos a questão.

24 Adiante, comentaremos a questão.

Grupo	Macroárea temática	Trabalhos	Quantidade
I	Sintaxe e estudos funcionalistas	1, 3, 5, 10, 24, 27, 32, 33, 34, 41, 42, 76, 95, 111, 114, 132, 133, 135, 139, 140, 143, 145, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 166, 167, 170, 171, 172, 174, 176	35 trabalhos
II	Fonética, fonologia, prosódia e ortografia	4, 7, 12, 21, 22, 23, 25, 28, 37, 38, 40, 83, 84, 148, 159	15 trabalhos
III	Morfologia e estudos lexicais	2, 11, 14, 15, 16, 18, 20, 36, 46, 50, 52, 54, 68, 70, 77, 90, 92, 96, 105, 116, 117, 120, 124, 130, 131, 142, 144, 146, 147, 162, 168, 169, 175	33 trabalhos
IV	Semântica	29, 30, 31, 53, 56, 65, 73, 78, 118, 136, 164	11 trabalhos
V	Estudos em perspectiva historicista	6, 8, 9, 39, 74, 75, 82, 85, 100, 108, 110, 112, 126, 127, 128, 129, 156, 160, 163, 173	20 trabalhos
VI	Estudos sobre PLE/PL2E/PL2S	45, 47, 48, 49, 51, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 69, 71, 72, 79, 80, 81, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 113, 115, 119, 121, 122, 123, 125, 134, 165	45 trabalhos
VII	Estudos diversos	13, 17, 26, 35, 44, 62, 97, 109, 137, 138, 141, 149, 155, 158, 161	15 trabalhos
*	Não classificados	19, 43	2 trabalhos

Tabela 2. Divisão das pesquisas em macroáreas temáticas do português²⁵. Fonte: Evaristo, Vilaça e Rocha (2026). ALT: A tabela de distribuição de 176 pesquisas sobre descrição do português em sete macroáreas temáticas, com acréscimo de uma errata sobre duas pesquisas não localizadas, é constituída de quatro colunas: a primeira indica os grupos apresentados; a segunda indica as macroáreas dos grupos; a terceira, os trabalhos listados; a quarta, o quantitativo total de trabalhos. Podemos destacar os estudos sobre português como língua estrangeira ou segunda língua (45 trabalhos) como sendo o grupo mais numeroso, seguido por sintaxe e estudos funcionalistas (35) e morfologia/estudos lexicais (33). Os demais grupos apresentam menor representatividade numérica, com destaque para semântica (11) como a menos frequente, além de grupos intermediários como estudos historicistas (20), fonético-fonológicos (15) e estudos diversos (15). São indicadas duas pesquisas não encontradas, que não fizeram parte da divisão por temáticas.

A partir da divisão das macroáreas conforme exposto na Tabela 2, é possível dizermos algumas palavras.

Em primeiro lugar, como mencionado antes, chama atenção o fato de haver 45 trabalhos específicos (25,5%) sobre português como língua estrangeira e segunda (PL2E²⁶, na sigla utilizada na PUC-Rio), o que quantitativamente é um número superior ao de todas as outras categorias, inclusive a algumas delas somadas. Isso mostra, por um lado, o potencial de internacionalização de nossa língua – como já descrito em Luna (2016) e Meyer (2015), mas também por outros pesquisadores em diferentes ocasiões, como em Evaristo (2024) –, ao passo que mostra, por outro, como esse cenário não escapa ao olhar investigativo da academia brasileira e como os pesquisadores se interessam por esses contextos. De todo modo, vários dos trabalhos aqui listados estariam fora das tradicionais classificações sobre “descrição”.

25 Os trabalhos 19 e 43 não estavam disponíveis para leitura no Catálogo e não conseguimos encontrar suas informações na internet. Assim, prezando por não tecer comentários que poderiam ser equivocados, optamos por não os classificar em nenhum dos grupos que apontamos.

26 Na listagem, há um trabalho (113) dedicado à PL2S: Português como língua segunda para surdos.

Em segundo lugar, praticamente empatados em número de trabalhos, estão os estudos sobre (i) sintaxe e (ii) morfologia/estudos lexicais, áreas tradicionalmente compreendidas como pertencentes à “descrição do português”.

Em terceiro lugar, trabalhos sobre fonética, fonologia, prosódia e ortografia foram encontrados em número significativamente menor do que aqueles sobre sintaxe ou morfologia. Isso pode se dar, talvez, ao nosso critério de identificação dos trabalhos, uma vez que pesquisas como 11 (“Um estudo variacionista sobre o uso do artigo definido diante de antropônimos no falar culto de Fortaleza-CE”), 16 (“Formas de expressão do futuro no português oral culto de Fortaleza”) e 24 (“A indeterminação do sujeito no falar ludovicense”), por exemplo, ainda que tenham a língua oral como *corpus*, têm como objeto de análise fenômenos sintáticos ou morfossintáticos (em 11 e 16, na perspectiva da morfologia; em 24, na perspectiva da sintaxe); desse modo, mantendo coerência com os critérios que expusemos na identificação dos grupos, dividimos essas pesquisas a partir de seu elemento primeiramente nomeado, por considerar ser essa a parte principal da investigação.

Em quarto lugar, trabalhos sobre semântica são mais escassos nos resultados da pesquisa, o que pode indicar que essa não é uma realidade privilegiada quando se pensa em descrição do português; ainda: não foi possível estabelecer uma categoria própria de pesquisas sobre aspectos nomeadamente discursivo-pragmáticos, por exemplo, o que nos motivou a uni-los sob a categoria de semântica.

De todo modo, na soma dos trabalhos dos grupos I a IV, podemos ver o retrato de uma área que, como Basso (2019) aborda em seu livro “Descrição do Português brasileiro”, tem por objetivo

mostrar o funcionamento das variações e peculiaridades do Português Brasileiro (PB), partindo da descrição de fenômenos linguísticos que ocorrem nos diferentes níveis de análise linguística, descrevendo propriedades fonético-fonológicas, morfológicas, sintáticas e semântico-pragmáticas do PB (Freire, 2021, p. 2).

Restam ainda três considerações a serem feitas. A primeira diz respeito ao fato de haver número significativo de trabalhos que recebem a etiqueta de descrição de nossa língua pelo viés historicista, mostrando que estudos dessa natureza, ainda que tenham passado por relativo declínio no Brasil no século XX (Vieira, 2018), ainda despertam o interesse da comunidade acadêmica. A segunda diz respeito à categoria que nomeamos como de “Estudos diversos”, uma categoria tão diferente internamente que impedia a classificação de trabalhos em alguma outra possível categoria: ali, há trabalhos sobre tradução, gêneros textuais, linguagem jornalística, avaliações educacionais de larga escala, crenças, retórica e outros, o que não deixa de ser, também, um indício da produtividade do que se compreende como descrição linguística – ou, ao menos, da criatividade e liberdade de pesquisa individual dos pesquisadores; há, ainda, trabalhos como o 97, cuja estrutura e organização são totalmente alheios à descrição de nossa língua. Por fim, a terceira remete ao fato de, no contexto de PLE/PL2E/PL2S, muitos trabalhos abordarem não propriamente a descrição da língua em si, mas os aspectos (inter)culturais que se valem dos elementos linguísticos (como a negação, a interação com palavras, a representação da mulher, o Carnaval e outros). Assim, como dissemos em outro

momento, corroborando Brasileiro (2013, p. 48), a pesquisa que realizamos serve para sinalizar lacunas e indicar possíveis questões que ainda podem ser tratadas em novas pesquisas.

Essa breve análise apresenta, como nos propomos a investigar, um retrato descritivo do português brasileiro feito a partir das pesquisas de mestrado e doutorado realizadas no âmbito da pós-graduação do Brasil no século XXI. As considerações que fizemos aqui, certamente, poderiam ser questionadas por outros pesquisadores, refeitas em seus termos, reorganizadas de outro modo ou, simplesmente, invalidadas, a depender do ponto de vista. Sabemos disso e, justamente considerando o fato, compreendemos que as escolhas individuais dos pesquisadores (e historiógrafos) requerem a tomada de decisões para a construção do objeto, a escolha dos procedimentos metodológicos e, por extensão, a análise dos dados.

Ao mesmo tempo, sabemos que, para que haja um verdadeiro panorama, seria preciso olhar com lupa os 176 trabalhos listados e, a partir disso, estabelecer novas análises e comentários sobre a questão. Acontece, porém, que o espaço de que dispomos neste texto não permite tal iniciativa, motivo pelo qual optamos por detalhar apenas uma dessas categorias: a categoria V, a de “Estudos em perspectiva historicista”. Nossa decisão se deveu ao fato de nos adequarmos tanto melhor quanto possível ao tema que elegemos, cuja intenção previa observações em caráter sincrônico e diacrônico.

4. RETRATO DA DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS DE ACORDO COM AS PESQUISAS CATEGORIZADAS COMO “ESTUDOS EM PERSPECTIVA HISTORICISTA”

Antes de iniciarmos de fato algum comentário sobre esse grupo, convém dizer brevemente algo a respeito da nossa compreensão sobre o que seriam “estudos em perspectiva historicista”.

Sabemos, numa discussão a nosso ver já bem estabelecida, que há diferenças de âmbito teórico-metodológico entre as várias áreas do conhecimento que se dedicam à investigação das línguas e dos textos em perspectiva historicista, como a Linguística Histórica, a Linguística Histórico-Comparativa e a História da Língua; a Historiografia da Linguística e a História da Linguística; a Filologia e a Crítica Textual. Há 20 anos, Faraco (2006, p. 13) dizia em uma de suas obras:

Uma coisa é estudar a história de uma ciência, recuperando suas origens e seu desenvolvimento no tempo: é o que se faz na história da linguística. Outra é estudar as mudanças que ocorrem nas línguas humanas, à medida que o tempo passa, atividade específica dos estudiosos de linguística histórica (Faraco, 2006, p. 13).

Bagno (2017, p. 255) mostra como, por exemplo, a Linguística Histórica desponta no século XIX muito ligada à preocupação de se compreender os vínculos existentes entre as línguas sob o ponto

de vista filogenético, que buscava ver nesses parentescos a existências de línguas-mães de onde outras derivariam; nesse sentido, o mais exitoso desses métodos foi o histórico-comparativo. Dubois *et al.* (1973, p. 325), por sua vez, afirmam que a “história da língua é o conjunto das mudanças que afetam sua estrutura no curso do tempo”. Faraco (2016), ao tratar da sua história da língua portuguesa – que o autor adjetiva como “sociopolítica” –, revela como a história da língua é o emaranhado de acontecimentos e mudanças, de âmbito interno e externo, que afetam o curso da língua e da(s) sociedade(s) que as acompanham.

Batista (2020, p. 45) define a Historiografia da Linguística como “um campo da Linguística que toma por objeto o conhecimento produzido sobre a linguagem ao longo do tempo, seja ele de caráter científico (...), seja ele de caráter não-científico”, pontuando ainda que, dos elementos históricos – da História, em sentido *lato*, derivariam os vestígios a serem observados e analisados na Historiografia (Batista, 2020, p. 47); por fim, defende que a Historiografia da Linguística é uma subparte da História da Linguística (Batista, 2020, p. 47), que seria entendida como “todo o complexo e variado conjunto de ideias linguísticas elaboradas ao longo dos tempos e períodos históricos” (Batista, 2020, p. 46). Já Swiggers (2019, p. 47, grifos do autor) define Historiografia da Linguística como “a atividade, *cientificamente fundamentada*, de escrever a *história do estudo sobre a linguagem*”.

Quando falamos em “filologia”, termo que circula, no mínimo, desde os séculos V-IV a.C., a questão da definição não é nada simples. Tanto o conceito quanto o campo de atuação da filologia podem coincidir, total ou parcialmente, com o de outras áreas, como o da Linguística (particularmente, o da Linguística Histórica), o da Crítica Textual ou o das Ciências da Literatura. Segundo Vilaça (2024, p. 297), modernamente, o termo “filologia” tem sido usado com pelo menos três sentidos distintos:

1. em sentido amplo, como área do conhecimento que abrange qualquer estudo ou atividade relacionada à língua no texto, especialmente no texto literário escrito, isto é, a conteúdos encontrados em cursos de Letras, podendo ser usado no lugar de termos mais específicos, como Linguística, Crítica Textual, Teoria da Literatura, Hermenêutica, Gramaticologia, Estilística etc. [...];
2. em sentido restrito, como sinônimo de Crítica Textual, campo do conhecimento que se ocupa da restituição da forma genuína dos textos (considerados patrimônios culturais), com o intuito de garantir a sua transmissão e preservação e, secundariamente, de preparar bases de dados fidedignas para estudos relacionados a outras ciências que se utilizam do texto escrito como fonte, especialmente a Linguística e a Teoria da Literatura [...];
3. em sentido também restrito, como área do conhecimento que se desdobra em duas vertentes ou linhas de pesquisa: a Crítica Textual e a Linguística Histórica (Vilaça, 2024, p. 297).

Nessa breve introdução, é possível percebermos como, de fato, os campos do conhecimento aqui listados são, ao mesmo tempo, muito distantes e muito próximos: são muito distantes porque cada um deles tem seus objetivos, recortes epistemológicos, procedimentos e formas de se relacionar com o tempo, a linguagem e as sociedades; são muito próximos porque todos eles são atravessados pelo elemento “histórico”, que faz com que haja uma união entre essas diferentes formas de conhecimento científico.

Assim, partindo do princípio de que é possível agrupar esses diferentes modos de se fazer uma “descrição da língua portuguesa” – seria possível listar outros, certamente, mas a objetividade da discussão não nos aconselha a isso – a partir de um rótulo de “estudos em perspectiva historicista” que congregue trabalhos com esse tipo de configuração, seguiremos com uma breve análise deste macrogrupo.

Abrindo nossa lista, está o trabalho 6, “O fazer jornalismo de Cuiabá no século XIX”, que se dedicou a analisar textos jornalísticos da cidade de Cuiabá no período de 1839 a 1899. Ainda que o objetivo deste trabalho tenha sido analisar a linguagem jornalística e a visão de profissionais da imprensa sobre aspectos socioculturais e políticos, sua base, historicista, estava na Crítica Textual.

O trabalho 8, intitulado “Memória á respeito do descobrimento dos Martyrios – Reverendo Padre Jose Manoel de Siqueira: edição semidiplomática, fac-similar e glossário”, foi defendido em 2005 e trata do estudo de uma obra do início do século XIX na perspectiva da Crítica Textual, com a geração de um produto posterior: a edição e o glossário da obra do intelectual Padre José Manoel de Sequeira, patrono da cadeira de número 4 da Academia Mato-grossense de Letras.

O trabalho 9, “Livro de Registro do Tratado de Santo Ildefonso (volumes I, II, III) - 1777 a 1793: edição de textos e estudo da pontuação”, é outro com conteúdo que se enquadra no âmbito da Crítica Textual.

O trabalho 39, “Diário da Navegação: reprodução e estudo das variantes da edição ‘Uspiana Brasil 500 anos’”, teve por objetivo a reprodução fac-similar e paleográfica do documento “Diario da Navegação de Theotônio Joze Juzarte”, escrito no século XVIII (testemunho do museu paulista/Ipiranga); no trabalho, foram priorizadas análises sobre variantes semântico-sintáticas que pudessem apresentar diferenças entre o manuscrito original e a edição feita pela USP 500 anos depois.

O trabalho 74, “Anúncios de jornais de Mato Grosso dos séculos XIX e XX: características filológicas” traz um estudo acerca das ocorrências ortográficas e da função da filologia em jornais da época, nomeadamente entre os anos de 1848 a 1927, mostrando como a ocorrência dos diferentes períodos de compreensão da ortografia (período fonético, pseudoetimológico, simplificado...) pode ser exemplificada a partir do estudo filológico das publicações dos periódicos de Mato Grosso.

O trabalho 75, “Visa gramaticalizar: o processo de gramaticalização de visar” tem como objetivo principal analisar, pelo viés do conceito de gramaticalização, o processo de mudança linguística ocorrida com o verbo visar, associando o aspecto diacrônico da gramaticalização aos estudos funcionalistas, em um estudo de interface que, no diálogo, assume característica pancrônica.

O trabalho 82, “Autos de habilitaçam” do século XVIII: análise filológica, terminológica e discursiva”, nas palavras da própria autora, “constitui-se de estudos filológicos, lexicológicos, terminológicos e discursivos jurídicos de documentos manuscritos do século XVIII, datados em 1789 e 1790, período do reinado lusitano de D. Maria I, ‘a Piedosa’” (Almeida, 2019, p. 9). Como resultado da pesquisa, a autora propõe edições fac-similar e semidiplomática dos escritos analisados, configurando-se como mais uma pesquisa da área de Crítica Textual.

O próximo trabalho da lista, 85, “Africanos ‘livres’ em Mato Grosso (1853 – 1864): um estudo filológico, histórico e discursivo” é uma pesquisa acerca da obra “Livro de registro da correspondência e mais acontecimentos relativos aos africanos livres entregues pelo Governo Imperial à Sociedade de Mineração da Província. 1853 – 1864”. Na pesquisa desenvolvida por Juliana Façanha, foi feita uma edição fac-similar e semidiplomática do *corpus*, com análise paleográfica do documento.

Na sequência, o trabalho 100 – Estudo filológico e paleográfico de manuscritos do século XIX, produzidos em Cáceres-MT – é mais um estudo de natureza paleográfica, abordando o contexto de produção histórico-filológica da cidade de Cáceres, no estado do Mato Grosso, local de realização da própria pesquisa.

Por sua vez, o trabalho 108, “Estudo do papel e das filigranas e sua ocorrência em manuscritos dos séculos XVIII e XIX na capitania e província de Mato Grosso”, aborda a Codicologia, ciência auxiliar da Crítica Textual, tendo como ponto de partida o estudo de filigranas e discutindo sua importância em contextos diversos, como o chinês, o espanhol e o italiano, mostrando como cada um desses países contribuiu no desenvolvimento de materiais e técnicas para o registro escrito; por fim, a pesquisa termina analisando filigranas da capitania do Mato Grosso produzidas entre os séculos XVIII e XIX (1750-1850).

O próximo trabalho desta categoria, o 110, “Manuscritos mato-grossenses: da filologia à gramaticalização”, aborda os processos de gramaticalização observados a partir de manuscritos produzidos no Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX, estabelecendo análise pelo viés da Linguística Histórica e tratamento pela via da Crítica Textual a esses materiais.

Neste ponto da análise, é preciso que façamos uma pausa para um comentário: até aqui, todas as onze pesquisas listadas foram realizadas no mesmo lugar, o Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal do Mato Grosso; diversos desses trabalhos, ainda, estão atrelados ao Projeto Nacional Para a História do Português Brasileiro – PHPB. Os dados mostram que, de fato, o PPGL da UFMT é um importante polo de pesquisas com perspectiva historicista em nosso país, ainda que esse PPG não seja reconhecido como um dos principais polos de pesquisas linguísticas no Brasil: é um curso com conceito 5 na Capes, o que representa um padrão de qualidade nacional superior, mas não o destaca significativamente no cenário brasileiro.

Chegamos então ao trabalho 112, de Marcelo Moraes Caetano, intitulado “Gramaticalização de Meillet aos dias contemporâneos: parâmetros para uma pesquisa sob perspectiva pancrônica”, realizado na PUC-Rio. Em seu trabalho, o autor adota uma perspectiva histórica de análise do fenômeno linguístico da gramaticalização; seu foco é a análise da estrutura linguístico-gramatical em perspectiva sincrônica e diacrônica, assumindo assim uma pancronia.

Com o trabalho 126, retornamos à produção realizada pelo PPGL da UFMT, com o título “Manuscritos de Vila Maria: edições fac-similar e semidiplomática”. No trabalho em questão, o autor produz as edições fac-similar e semidiplomática de manuscritos datados dos séculos XVIII e XIX, em

Vila Maria do Paraguai, atual cidade de Cáceres/MT, e faz uma análise de aspectos históricos e paleográficos, finalizada com o índice onomástico citado nos documentos.

Na sequência, os trabalhos 127²⁷, 128²⁸ e 129²⁹ tratam, em essência, da mesma questão: uma análise filológica de manuscritos e documentos históricos produzidos na cidade de Mato Grosso, local onde, inclusive, as pesquisas foram realizadas: mais uma vez, estamos diante do PPGL da UFMT. Os três trabalhos foram orientados pelo mesmo pesquisador, Elias Alves de Andrade; ele orientou, ainda, a maior parte das onze primeiras pesquisas indicadas aqui como pertencentes ao PPGL da UFMT.

Com o trabalho 156, “O uso da concordância em construções do tipo ter/haver + participio passado: uma descrição do português registrado no Amazonas no século XIX”, ficamos novamente diante de uma pesquisa com a possibilidade de, por exemplo, ser compreendida como sendo da área de sintaxe; aqui, como em ocasião anterior, prevaleceu o fato de que a análise, ainda que sintática, estava centrada no século XIX.

Com o texto 160, “A Descrição do Verbo em Júlio Ribeiro”, chegamos pela primeira vez a uma análise que tem como base a Historiografia da Linguística. Na pesquisa, bastante autoexplicativa, a autora toma como base a gramática novecentista de Julio Ribeiro e, observando o verbo, analisa seu emprego morfossintático e sua concepção na obra.

A pesquisa 163, “Perspectivas para o ensino escolar da história do português brasileiro: manuscritos paranaenses do século XVIII”, traça uma abordagem comparativa entre *corpora* de livros do PNLD do período 2011 a 2013 e manuscritos do século XVIII para, então, analisar como a variação e o ensino da história da língua podem dialogar.

Por fim, com o trabalho 173, “Clíticos Pronominais no Português de São Paulo: 1880 a 1920 – uma análise Sócio-Histórico-Linguística”, chegamos à última pesquisa da categoria V, em que a autora, na perspectiva da Linguística Histórica e da Sociolinguística Variacionista, estuda a posição dos clíticos pronominais em textos jornalísticos de diferentes localidades do estado de São Paulo.

Como pôde ser visto, em sua maioria, as pesquisas da categoria “Estudos em perspectiva historicista”, para além de terem sido desenvolvidas num mesmo programa de pós-graduação e, é claro, conterem uma perspectiva historicista, versam sobre temáticas de natureza diversa. Algumas se atêm à preparação de edições conservadoras (fac-similares ou semidiplomáticas) de textos antigos, servindo-se para isso das chamadas ciências auxiliares da Crítica Textual (especialmente, a paleografia e a codicologia) (Cambráia, 2005, p. 23); outras incluem estudos do léxico presente nos textos editados e/ou exploram elementos discursivos e/ou históricos relativos ao contexto de

27 “Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Cuiabá: edição e estudo filológico”.

28 “Estudo filológico de manuscritos de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres”.

29 “Cartas manuscritas do século XVIII: aspectos filológicos e linguísticos”.

produção desses textos; outras, ainda, têm por objetivo o estudo de um fenômeno linguístico em mais de uma sincronia, o que as caracteriza como pesquisas da área de linguística histórica e/ou diacrônica. Enfim, é possível dizer que todas as pesquisas enumeradas no grupo V podem ser abrigadas pela Filologia, entendida em sentido amplo, como disciplina com múltiplas vertentes, cujo objetivo pode ser “conhecer a correta interpretação de um texto” (Friedrich Wolf, já citado) ou “conhecer o entorno por intermédio do texto”, tarefas que exigem aplicação dos princípios da Crítica Textual (filologia em sentido restrito) e da linguística histórica (já que todo texto escrito é materialização de uma língua, que varia e que pode mudar ao longo do tempo)³⁰. Portanto, no grupo que nomeamos “Estudos em perspectiva historicista”, encontram-se pesquisas que poderiam receber diferentes etiquetas, por exemplo: Filologia, Crítica Textual, Ecdótica, Hermenêutica, Estilística, Linguística Histórica, Linguística diacrônica, Gramática histórica, Filologia/Linguística/Gramática comparada, Sociolinguística, Dialetoлогия, Geolinguística, Historiografia da Linguística e, a depender de quem cataloga a pesquisa e do PPG a que esta se vincula, é possível, como vimos, a etiqueta “descrição do português”.

Desse modo, podemos afirmar que parte significativa da descrição do português brasileiro feita em perspectiva historicista leva em consideração não simplesmente estudos sobre história da língua ou dialetologia, mas especialmente estudos filológicos de forma mais alargada, compreendendo todas essas áreas como pertencentes à Filologia. Esse dado é importante porque mostra, por um lado, o que se privilegia na observação historicista de nossa língua e, por outro, o quanto ainda há de espaço para que outras pesquisas sejam realizadas. Assim, apenas como exemplificação, podemos dizer que não há (ou ao menos que não há em número significativo), no âmbito da descrição do português brasileiro em perspectiva historicista:

- a) pesquisas sobre aspectos da história interna ou externa da língua portuguesa na perspectiva da formação do português brasileiro;
- b) pesquisas sobre documentos históricos fundantes da nação brasileira e da língua portuguesa no Brasil;
- c) pesquisas sobre aspectos que aproximam e distanciam o português brasileiro de outras variedades do português ou de outras línguas neorromânicas;
- d) pesquisas que tragam alguma correlação com o ensino;
- e) pesquisas que abordem grupos particularizados (indígenas, crianças, mulheres, idosos...);
- f) pesquisas que produzam materiais didáticos ou teóricos sobre a história e formação do português brasileiro.

30 O uso do termo “filologia”, assim como as atribuições do filólogo, são temas amplamente discutidos por Vilaça (2024) e por Aubert (2021).

A lista que apresentamos, obviamente, não é definitiva nem exaustiva, mas serve como uma forma de, como diz Brasileiro (2013, p. 48), apontar possíveis lacunas na diversidade de temas pesquisados para, com isso, ajudar a traçar o panorama do que se fez e do que ainda poderia ser feito em determinada pesquisa científica. Ao mesmo tempo, retomamos duas questões vinculadas à HL para deixar clara nossa proposta: em relação à discussão das fases do trabalho historiográfico (Swiggers, 2019), aqui nos detivemos apenas na fase heurística, uma vez que a construção desse modelo epi-historiográfico era o primeiro passo para que nós ou outros pesquisadores pudéssemos continuar com aprofundamentos em outras fases dessa pesquisa. Ao mesmo tempo, a partir da discussão das camadas presente em Swiggers (2019; 2020), também nos detivemos apenas em uma, a documental, uma vez que não seria possível, apenas neste texto, abordar outras simultaneamente.

Na próxima seção, encerrando nossa discussão, traremos algumas considerações a respeito de nosso texto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo nossa proposta de delinear um panorama linguístico do português brasileiro, nossa intenção, aqui, foi a de realizar tal tarefa a partir da produção acadêmica da pós-graduação realizada no contexto brasileiro, numa construção epi-historiográfica (Swiggers, 2019). Para tanto, fomos ao Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e, partindo da chave de pesquisa “Descrição do português”, analisamos os títulos e resumos das teses e dissertações produzidas entre os anos 2000 e 2024 no Brasil. Com isso, pensamos ter conseguido traçar aquele panorama previsto das pesquisas realizadas no século XXI e realizar uma pesquisa a partir da camada documental (Swiggers, 2019; 2020).

Com esse objetivo, após apresentarmos nossa proposta, iniciamos com uma exposição acerca da nossa compreensão sobre “descrição do português”, ocasião em que pudemos retomar brevemente definições sobre o conceito; na sequência, indicamos nossos procedimentos teórico-metodológicos a partir da técnica de mapeamento, proposta por alguns autores no interior da Historiografia da Linguística. Revisitamos ainda a epi-historiografia (Swiggers, 2013, 2019) e a noção/teoria das camadas (Swiggers, 2020). Feita essa explanação, pudemos partir para as pesquisas em si no Catálogo.

Aplicando a referida chave de pesquisa, chegamos a um total de 176 pesquisas realizadas, o que nos permitiu levantar sete possíveis grupos que congregassem, como macroáreas, as pesquisas. Foi assim que chegamos aos seguintes grupos: Grupo I – Sintaxe e estudos funcionalistas; Grupo II – Fonética, Fonologia, Prosódia e Ortografia; Grupo III – Morfologia e estudos do léxico; Grupo IV – Semântica; Grupo V – Estudos em perspectiva historicista; Grupo VI – Estudos sobre PLE/PL2E/PL2S; Grupo VII – Estudos diversos. Nossa hipótese foi a de que, a partir da análise

desses grupos, seria possível verificar o panorama das pesquisas sobre descrição do português na pós-graduação brasileira no século XXI.

Avançando nas análises, escolhemos o grupo V (Estudos em perspectiva historicista) para uma análise um pouco mais detalhada, individualizando de maneira mais explícita cada um dos trabalhos ali alocados. Assim, os 20 trabalhos deste grupo foram comentados e, com isso, foi possível chegarmos a algumas conclusões:

- a) A maioria dos trabalhos do grupo 5 foi desenvolvida em um mesmo PPG, o de Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso; desses, parte significativa foi de trabalhos orientados por um mesmo pesquisador.
- b) Há um número relevante de trabalhos (13 em um total de 20 – 65%) feitos a partir dos princípios da Crítica Textual e de suas ciências auxiliares, como a paleografia e a codicologia. Muitos dos trabalhos, inclusive, são dedicados a estudos do próprio estado do Mato Grosso.
- c) Entendendo a Filologia em sentido mais amplo (Vilaça, 2024), é possível dizer que todos os trabalhos em perspectiva historicista podem ser incluídos no âmbito dessa disciplina milenar; porém, a depender de quem cadastra as pesquisas ou as analisa, é possível apontar uma diversidade ampla de áreas além da Filologia, inclusive “descrição do português”.

Nossa análise, longe de ser uma posição definitiva sobre o assunto ou uma palavra final nas classificações, buscou ser um primeiro movimento de investigação que, sem nenhuma dúvida, pode ser seguido por outros autores e pesquisadores que encontrarão aqui um passo já dado em suas caminhadas; pode ser, inclusive, ponto de partida para críticas ou alterações na nossa forma de classificar, observar e investigar – sabemos disso perfeitamente. Ainda assim, cremos, esta proposta tem um potencial de geração de novas pesquisas, pode servir a outros interessados e orienta, como descrevemos na seção 3, caminhos, lacunas, prioridades e silenciamentos acerca da descrição do português. Esperamos, por isso, que seja de leitura útil.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram não haver conflitos de interesses, nem por interesses financeiros, nem por relações pessoais que poderiam ter influenciado o texto deste artigo.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados, códigos e materiais que suportam os resultados deste estudo estão disponíveis abertamente na Plataforma Zenodo, através do DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.19358524>.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Os autores declaram que nenhuma ferramenta de IA foi utilizada na criação deste manuscrito nem em qualquer aspecto dos trabalhos realizados cujo resultado está aqui reportado.

AValiação E RESPOSTA DOS AUTORES

Avaliação: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2026.V7.N5.ID1002.R>

Resposta dos Autores: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2026.V7.N5.ID1002.A>

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Camila Lemos de. "Autos de habilitaçam" do século XVIII: análise filológica, terminológica e discursiva. 2019. 496 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.
- AUBERT, E. H. A perspectiva filológica. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, [S.l.], v. 23, n. 1, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/14350>. Acesso em: 6 maio 2026.
- AZEVEDO, F. F. *Dicionário analógico da língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2016.
- BAGNO, M. A. *Dicionário crítico de sociolinguística*. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- BAGNO, M. A. Cinquenta anos do NURC: Das grandes realizações às novas esperanças. In: OLIVEIRA JR., M. de (Org.). *NURC 50 anos*. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2019. p. 9-18.
- BASSO, R. M. *Descrição do português brasileiro*. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.
- BATISTA, R. de O. *Fundamentos da pesquisa em historiografia da linguística*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2020.
- BRASILEIRO, A. M. M. *Manual de produção de textos acadêmicos e científicos*. São Paulo: Atlas, 2013.
- CAMARA JR., J. M. *Dicionário de filologia e gramática: Referente à língua portuguesa*. 5.ed. São Paulo: J. Ozon, s.d.
- CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CARDOSO, S. A. *Geolinguística: Tradição e modernidade*. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- COELHO, O. F. 50 anos do GEL: Caminhos da linguística no Brasil. *Estudos Linguísticos*, v. 49, n. 1, p. 22-35, 2020. <https://doi.org/10.21165/el.v49i1.2508>.

COELHO, O. F.; NÓBREGA, R.; ALVES, B. F. A técnica de mapeamento de produção linguística: Exemplificação em um estudo de caso. In: COELHO, O. F. (Org.). *Fontes para a historiografia linguística: Caminhos para a pesquisa documental*. Campinas, SP: Pontes, 2021. p. 13-27.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4.ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

DUBOIS, J.; GIACOMO, M.; GUESPIN, L.; MARCELLESI, C.; MARCELLESI, J.-B.; MEVEL, J.-P. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

EVARISTO, J. Promover, difundir, projetar: Percursos da internacionalização da língua portuguesa – notícias de um projeto em desenvolvimento. In: EVARISTO, J.; ALBUQUERQUE, D.; DELFINO, M. (Orgs.). *Cenários do português no mundo: Políticas linguísticas e internacionalização*. 1.ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 161-172.

EVARISTO, J. Terminologias em conflito para a definição de uma área: Que “português língua estrangeira”? In: EVARISTO, J.; CERDEIRA, P. de L.; ALBUQUERQUE, D.; ROCHA, C. M. da (Orgs.). *O léxico e suas potências: Abordagens linguísticas e literárias sobre a palavra, o léxico e a lexicografia*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. p. 247-279.

EVARISTO, J.; VILAÇA, C.; ROCHA, C. M. da. *Pesquisa sobre “descrição do português” no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2000-2024)*. Zenodo, 2026. <https://doi.org/10.5281/zenodo.19358524>.

FARACO, C. A. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FARACO, C. A. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FARIA, E. *Dicionário latino-português*. Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2003.

FERREIRA, C.; CARDOSO, S. A. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

FREIRE, J. B. O manual de descrição do português brasileiro. *Revista EntreLinguas*, v. 7, p. e021007, 2021. <https://doi.org/10.29051/el.v7i00.14521>.

HARDY-VALLÉE, B. *Que é um conceito*. São Paulo: Parábola, 2013.

HERRERO, V. J. *Introducción al estudio de la filología latina*. 2.ed. Madrid: Gredos, 1988.

JOTA, Z. dos S. *Dicionário de linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1981.

LUNA, J. M. F. de. “Internacionalização do português: Perspectivas historiográfica e intercultural”. In: RIBEIRO, A. do A. (Org.). *Ensino de português do Brasil para estrangeiros: Internacionalização, contextos e práticas*. Rio de Janeiro: WAK; Epublik, 2016.

MARINHO, R. R.; EVARISTO, J. As partes da oração em Epítome da Grammatica da Língua Portuguesa (1806), de Moraes Silva: uma análise historiográfica da produção gramatical brasileira. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 42, n. único, p. e04206, p. 1-21, 2026. <https://doi.org/10.14393/LL63-v42-2026-06>.

MESQUITA, F. A.; VIEIRA, F. E. Procedimentos metodológicos para a construção de epi-historiografias: o caso “Pires Ferreira (1868-1930)”. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 19, p. e019010, 2025. <https://doi.org/10.14393/DL19a2025-10>.

MEYER, R. M. de B. A nova presença internacional da língua portuguesa. In: MEYER, R. M. de B.; ALBUQUERQUE, A. (Orgs.). *Português: Uma língua internacional*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2015.

MOLLICA, M. C.; FERRAREZI JUNIOR, C. (Orgs.). *Sociolinguística, sociolinguísticas*. 1.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

OLIVEIRA, M. S.; ANJOS, M. A. L. dos. As quase três décadas de produção em Historiografia Linguística brasileira: Um panorama acerca da produção nacional. *Revista da ABRALIN, [S.l.]*, v. 20, n. 3, p. 522-547, 2021. <https://doi.org/10.25189/rabralin.v20i3.1903>.

OLIVEIRA JR., M. *NURC – 50 anos: 1969–2019*. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

PAIVA, V. L. M. de O. e. *Manual de pesquisa em estudos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

PRETI, D. *Sociolinguística: Os níveis de fala – Um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale* (Éd. critique préparée par T. de Mauro; postface de L.-J. Calvet). Paris: Grande Bibliothèque Payot, 1997.

SWIGGERS, P. História e historiografia da linguística: Status, modelos e classificações. *Revista Eutomia*, ano III, v. 2, p. 1-17, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/1702>. Acesso em: 6 maio 2026.

SWIGGERS, P. A Historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência*, n. 44-45, p. 39-59, 2013. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/602>. Acesso em: 6 maio 2026.

SWIGGERS, P. Directions for linguistic historiography. In: POLACHINI, B.; CRUDIS, J. de; BORGES, P.; DANNA, S. M. (Orgs.). *Cadernos de Historiografia Linguística do CEDOCH: VII MiniENAPOL de Historiografia Linguística* (2013). São Paulo: FFLCH/USP, 2015, v. 1, p. 8-17. Disponível em: https://cedoch.fflch.usp.br/sites/cedoch.fflch.usp.br/files/u65/CHLC1_0.pdf. Acesso em: 6 maio 2026.

SWIGGERS, P. Historiografia da linguística: Princípios, perspectivas, problemas. In: BATISTA, R. de O. (Org.). *Historiografia da linguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2019. p. 45-80.

SWIGGERS, P. A dinâmica na [/da] história da linguística: posições e deslocamentos de "camadas". *Todas As Letras – Revista de Língua e Literatura*, v. 22, n. 1, p. 1-9, 2020. <https://doi.org/10.5935/1980-6914/eLETLL2012968>.

VIEIRA, F. E. *A gramática tradicional: História crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

VILAÇA, C. A filologia segundo Antenor Nascentes. In: PFEIFFER, C. C.; COSTA, T. A. da; MEDEIROS, V. (Orgs.). *Para uma história das ideias linguísticas de Antenor Nascentes*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 297-320.

VILELA, M.; KOCH, I. V. *Gramática da língua portuguesa: Gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso*. Coimbra: Almedina, 2001.